

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 28 de abril de 2026

Horário: 16:00 horas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026

ÍNDICE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO	3
EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	7
ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA	10
ANEXO II – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	27
ANEXO III – INFORMAÇÕES SOBRE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO	45

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da **T4F ENTRETENIMENTO S.A.**, companhia aberta, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cristiano Viana, nº 401, 15º andar, Pinheiros, CEP 05411-000, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.184.645 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 02.860.694/0001-62, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2245-4 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º a 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente digital**, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 16:00 horas, por meio da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**" e "**AGO**", respectivamente), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias:

- (i) tomada das contas dos administradores da Companhia, e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da administração da Companhia e o relatório dos auditores independentes da Companhia; e
- (ii) fixação do limite global da remuneração anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado 31 de dezembro de 2026.

Instruções e Informações Gerais:

A participação dos acionistas na AGO poderá ser pessoal, por representante, ou por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações – em ambos os casos, via Plataforma Digital, conforme autorizado pelo artigo 124, §2º-A, da Lei das Sociedades por Ações e pelo artigo 28, §3º, da Resolução CVM 81 – ou, ainda, via envio de boletim de voto a distância, conforme modelo disponível nos websites da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). ("**Boletim de Voto**").

Nos termos do artigo 5º, §4º, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que entende mais adequado realizar a presente AGO de modo exclusivamente digital, de modo a fomentar a participação de seus acionistas residentes em locais que não a sede da própria Companhia, em linha com a prática adotada pela Companhia em suas últimas assembleias, as quais contaram com quórum expressivo de participação.

Em atenção ao art. 5º, I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia necessário à solicitação de instalação do Conselho Fiscal é 2%, nos termos do artigo 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 70.

Para participação via Plataforma Digital

Os acionistas que desejarem participar da AGO por meio da Plataforma Digital, observados os procedimentos descritos no Manual de Participação e Proposta da Administração, datado de 28 de março de 2026, para a AGOE pela Companhia (**“Manual de Participação e Proposta da Administração”**), deverão acessar o endereço: <https://assembleia.ten.com.br/640011313>, em até em até 2 dias de antecedência da data da AGO, ou seja, até o dia 26 de abril de 2026, conforme prazo previsto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81, preencher o seu cadastro e anexar cópias dos seguintes documentos:

Acionista Pessoa Física: documento de identidade com foto*.

Acionista Pessoa Jurídica: (i) versão mais atual do estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista (ata de eleição dos diretores e/ou procuração**); e (ii) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) do acionista*; e

Acionista Fundo de Investimento: (i) regulamento consolidado atualizado do fundo de investimento; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração**); e (iii) documento de identidade com foto do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento*.

Representante: (i) documento de identidade com foto do representante*.

* Documento de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida;

** Os instrumentos de mandato deverão ter sido outorgados há menos de 1 (um) ano.

A Companhia ressalta que fica a cargo do acionista e representante a responsabilidade pela veracidade e integridade dos documentos apresentados, sujeitos a responderem pelo artigo 299 do Código Penal.

Os acionistas que não realizarem o cadastro na Plataforma Digital no prazo acima referido não poderão participar da AGO por meio de videoconferência, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81.

Boletim de Voto a Distância

O acionista que optar por exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto poderá: (a) preencher os Boletins de Voto, conforme orientações de preenchimento neles constantes; e (b) enviá-los: (i) às instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia (caso prestem esse tipo de serviço); (ii) ao escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja o Banco Bradesco S.A., conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação e Proposta da Administração; (iii) ao depositário central no qual as ações da Companhia estejam depositadas (a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão); ou (iv) diretamente à Companhia, por via e-mail ou pela Plataforma Digital, até o dia 24 de abril de 2026 (ou seja, 4 (quatro) dias antes da data da AGO), conforme instruções contidas no Boletim de Voto e no Manual de Participação e Proposta da Administração, e indicadas abaixo:

Boletim de Voto via e-mail:

- i. impressão do arquivo PDF disponibilizado pela Companhia no site de RI;

- ii. preenchimento de todos os campos de forma legível, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do acionista e o número do CPF/MF ou CNPJ/MF, bem como a indicação de endereço de e-mail para eventuais contatos;
- iii. rubrica de todas as páginas do Boletim de Voto;
- iv. assinatura ao final do Boletim de Voto do acionista ou de seu representante legal, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, e
- v. envio do Boletim de Voto, acompanhado das documentações necessárias, conforme indicadas acima, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia via e-mail: ri@t4f.com.br]

Boletim de Voto Digital:

- i. acesso ao seguinte endereço eletrônico para o cumprimento das próximas etapas: <https://assembleia.ten.com.br/640011313>;
- ii. realizar o cadastro com login e senha únicos, indicando que deseja participar “via Boletim de Voto à Distância”, acompanhado da documentação necessária, conforme indicadas acima;
- iii. preencher os campos de opções de voto na guia “ASSEMBLEIA”; e
- iv. confirmação do voto.

Os acionistas que não enviarem o Boletim de Voto no prazo indicado acima não terão seus votos conferidos por meio de Boletim de Voto computados na AGOE, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM 81.

Avisos

- i. é recomendado ao acionista que se conecte com no mínimo 30 minutos de antecedência, pois não será permitido a entrada após o início da AGOE. O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Edge, observado que os navegadores Safari e Mozilla Firefox não são compatíveis com a Plataforma Digital.
- ii. o acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Edge, observado que os navegadores Safari e Mozilla Firefox não são compatíveis com a Plataforma Digital;
- iii. eventuais esclarecimentos, inclusive sobre o acesso e utilização da Plataforma Digital disponibilizada pela Companhia aos seus acionistas, poderão ser obtidos no site de Relações com Investidores (<https://ri.t4f.com.br>), ou por intermédio do endereço eletrônico ri@t4f.com.br
- iv. o acesso à AGO será restrito aos acionistas e seus representantes ou procuradores que se credenciarem no prazo e modo fixados neste Edital de Convocação. A Companhia ressalta que não serão aceitos cadastros, envio de novos documentos, ou mesmo reapresentações, após o encerramento do prazo previsto para cadastro. Sendo assim, é recomendado ao acionista ou representante que utilize de uma margem de **3 dias de antecedência** do encerramento do prazo para a realização do cadastro com a apresentação de toda a documentação solicitada. Dessa forma, em caso de pendências, o acionista ou representante terá mais tempo hábil para realizar as correções necessárias. Após o envio do Boletim de Voto à Distância (BVD), caso o acionista também deseje participar da assembleia de forma virtual deverá, até o prazo final de cadastro, alterar o campo “Participação” de “via Boletim de Voto à Distância” para “Ao vivo”.

- v. Nessa hipótese, o BVD previamente encaminhado permanece válido, e o acionista poderá ingressar e participar da assembleia normalmente. Para que o BVD enviado seja desconsiderado, o acionista deverá solicitar sua desconsideração durante a própria assembleia. Ressalta-se que a alteração do campo “Participação” para “Ao vivo” somente poderá ser realizada até o prazo final de cadastro para participação na assembleia.
- vi. Todos os documentos relativos à ordem do dia da AGO estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, podendo também ser consultados nos websites da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.
- vii.

São Paulo, 27 de março de 2026.

Fernando Luiz Alterio
Presidente do Conselho de Administração

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026

EXPOSIÇÃO AOS ACIONISTAS E PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da **T4F ENTRETENIMENTO S.A.** (“**Companhia**” e “**Administração**”, respectivamente) apresenta a seguir a sua proposta acerca das matérias a serem submetidas à deliberação de V.Sas. na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 25 de abril de 2025, às 17:00 horas, de modo virtual, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**” e “**AGO**”, respectivamente).

Em sede de Assembleia Geral Ordinária:

- (i) **Tomada das contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da administração da Companhia e o relatório dos auditores independentes da Companhia.**

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação das contas dos administradores da Companhia, e das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da Administração, o relatório dos auditores independentes da Companhia, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 23 de março de 2026.

Considerando que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia, a Companhia está dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo A da Resolução CVM 81, conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM nº RJ2010-14687). Vale notar que a Grant Thornton, empresa especializada de auditoria independente da Companhia, emitiu parecer sem ressalvas a respeito das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Ademais, a Administração recomenda a V.Sas. que examinem detalhadamente as demonstrações financeiras da Companhia, o relatório da Administração, as notas explicativas e o relatório dos auditores independentes da Companhia, os quais foram devidamente disponibilizados à consulta de V.Sas. nos *websites* da Companhia (ri.t4f.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) (www.b3.com.br).

De acordo com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481, a Companhia informa a V.Sas. que os comentários dos administradores da Companhia sobre a situação financeira da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, nos termos da seção 2 do formulário de referência, elaborado na forma do Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Formulário de Referência**”), estão previstos no **Anexo I** desta proposta da Administração para a AGO (“**Proposta da Administração**”).

(ii) Fixação da remuneração global dos membros da administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado 31 de dezembro de 2026.

A Administração propõe a V.Sas. a aprovação da remuneração global anual dos administradores da Companhia (isto é, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia) no montante de até R\$ 3.000.000 (três milhões de reais).

A remuneração ora proposta considera as despesas de remuneração correspondentes aos Administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Em observância ao disposto no artigo 13 da Resolução CVM 81, além da proposta de remuneração dos administradores, a Companhia apresenta as informações da seção 8 do Formulário de Referência na forma do **Anexo II** desta Proposta da Administração.

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/ME nº 02.860.694/0001-62

NIRE 35.300.184.645

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A SER REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026

DISPONIBILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS REFERENTES À AGO

Em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 9º da Instrução da CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”), informamos abaixo as datas e locais de publicação e/ou disponibilização, conforme aplicável, dos documentos indicados.

1.1 Relatório da Administração

O Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras abaixo descritas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de março de 2026.

O Relatório da Administração, parte integrante das Demonstrações Financeiras Anuais Completas, foi disponibilizado em 25 de março de 2026 na página eletrônica da Companhia (ri.t4f.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

1.2 Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 23 de março de 2026.

As Demonstrações Financeiras foram disponibilizadas em 24 de março de 2022 na página eletrônica da Companhia (ri.t4f.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

1.3 Comentário dos administradores

Nos termos do artigo 9º, item III da Instrução CVM 481, os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma especificada no Item 10 do Anexo 24 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, encontram-se no **Anexo I** a esta Proposta da Administração.

1.4 Parecer dos auditores independentes

O parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, parte integrante das Demonstrações Financeiras, foi disponibilizado em 25 de março de 2026 na página eletrônica da Companhia (ri.t4f.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

1.5 Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP

O Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, juntamente com o Relatório do Comitê de Auditoria, foi disponibilizado em 25 de março de 2026 na página eletrônica da Companhia (ri.t4f.com.br), da B3 (www.b3.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

ANEXO I – COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(nos termos da seção 10 do Formulário de Referência, conforme Instrução da CVM nº 480/2009 e Instrução da CVM nº 481/2009)

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023. Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem aquelas previstas na legislação societária brasileira, bem como os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constitui uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado se reproduzirão no futuro.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Assim, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores refletem a visão e percepção deles sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Essas informações têm como objetivo fornecer aos investidores elementos que os ajudem a comparar nossas demonstrações financeiras de diferentes períodos, bem como entender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações e os fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo do tempo. A Análise Vertical representa o percentual de um item de linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O resultado líquido da Companhia representou um prejuízo líquido de R\$ 54,4 milhões, versus prejuízo líquido de R\$ 68,2 milhões e prejuízo líquido de R\$ 58,2 milhões nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, respectivamente. O ano de 2025 foi marcado, principalmente: pela turnê da Marisa Monte, com 10 apresentações em 6 capitais do sul e sudeste; as edições do festival Turá em São Paulo e Porto Alegre; exibição da obra Wicked no teatro Renault, além de vários shows indoors de artistas como The Rose, Bush, Incubus, entre outros.

Consolidado

<i>R\$ milhões</i>	2023	2024	2025
Endividamento Total	55,3	89,2	50,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	149,3	114,0	72,5
Caixa Líquido	94,0	24,8	22,5
Patrimônio Líquido	180,3	137,4	104,2
Endividamento Total / Patrimônio Líquido	0,3x	0,6x	0,5x

O Endividamento Total da Companhia apresenta queda em relação a 2023 e 2024. A administração optou por quitar as dívidas de longo prazo, portanto, o passivo não circulante da Companhia segue com a linha de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures zerada.

O caixa líquido também apresenta queda frente os anos de 2023 e 2024, refletindo tanto o aumento do endividamento quanto a diminuição no saldo de caixa e equivalentes de caixa.

O índice de Endividamento Total / Patrimônio Líquido, apresenta estabilidade entre os anos, passando de 0,3x em 2023 para 0,6x, em 2024 e 0,5x em 2025.

b. Estrutura de capital Consolidada

Apresentamos na tabela abaixo, a evolução de nossa estrutura de capital consolidada:

Consolidado

<i>R\$ milhões</i>	2023	2024	2025
Capital de Terceiros*	322,9	258,8	233,5
Patrimônio Líquido	180,3	137,4	104,2
Capital de Terceiros / Patrimônio Líquido	1,8x	1,9x	2,2x

(*) Capital de Terceiros: passivo circulante e passivo não circulante. O capital de terceiros é basicamente composto de (i) dívidas financeiras (debêntures); (ii) adiantamento de clientes (recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, cessão de espaço, merchandising e vendas antecipadas de ingressos); e (iii) e de fornecedores e impostos a recolher.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital de terceiros representa aproximadamente 69% do passivo total da Companhia e 67% quando comparado a 2024. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido somou R\$ 180,3 milhões, enquanto o capital de terceiros somou R\$ 322,9 milhões, o que representa 1,8x o patrimônio líquido. Já em 2024, o capital de terceiros somou R\$ 258,7 milhões, 1,9x o patrimônio líquido do mesmo exercício. O aumento da relação é explicado pela redução maior do Patrimônio Líquido comparado ao Capital de Terceiros, resultado dos prejuízos acumulados apresentados nestes dois últimos anos.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Endividamento Total da Companhia reduz em relação aos dois anos anteriores, considerando a capacidade de geração de caixa devido ao resultado de 2023.

A administração optou por quitar as dívidas de longo prazo, portanto, o passivo não circulante da Companhia possui a linha de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures zerada.

O caixa líquido apresenta queda desde 2023. Apesar da redução do endividamento entre 2024 e 2025, houve também redução em caixa e equivalentes de caixa. Mantendo o histórico de períodos regulares, em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 o caixa da Companhia permaneceu acima do endividamento total em 2,7x, 2,0x e 1,4x, respectivamente, denotando melhora de liquidez gradual ao longo dos três anos.

Consolidado

<i>R\$ milhões</i>	2023	2024	2025
Endividamento Total	55,3	89,2	50,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	149,3	114,0	72,5
Caixa e Equivalentes de Caixa / Endividamento	2,7x	1,3x	1,5x
Ativo Circulante	290,3	238,9	180,6
Passivo Circulante	238,2	200,4	138,8
Ativo Circulante / Passivo Circulante	1,2x	1,2x	1,3x

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nossa atividade historicamente apresenta capital de giro negativo e, com isso, nossa fonte para o capital de giro tem sido essencialmente através da geração própria de caixa. Nossas operações têm como característica a antecipação de caixa com vendas de ingressos e recebimentos decorrentes de contratos de patrocínios, normalmente efetuados com antecedência em relação à data do evento. Isto nos permite autofinanciamento das nossas operações regulares de forma que, usualmente, não se faz necessário recorrer a financiamentos de terceiros.

Entretanto, especialmente no nosso segmento, não conseguimos repassar para os preços grandes desvalorizações cambiais no curto prazo o que, conseqüentemente, afeta as margens da Companhia – uma vez que temos uma parcela importante de nossos custos atrelados em moeda estrangeira (pagamento de cachês de artistas internacionais, sinalizado no balanço da companhia, na linha de Fornecedores Internacionais). Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. A realização do evento pode ficar comprometida e tornar-se até mesmo inviável em casos de desvalorização cambial mais extrema.

Com relação a financiamento de investimentos em ativos não circulantes, verificamos as melhores opções para a análise da viabilidade entre a captação de recursos de terceiros ou da utilização de capital próprio. A métrica utilizada para a tomada de decisão envolve a correlação entre as taxas de mercado e a rentabilidade do capital próprio. Não obstante, para financiamento de investimentos, também recorreremos à geração própria de caixa.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na presente data, a administração da Companhia não identifica necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso venhamos a ter algum descasamento entre as disponibilidades e os compromissos de curto prazo, poderemos contratar novas linhas de financiamento ou ainda captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro. Na contratação de novos financiamentos, os Diretores buscam analisar as opções disponíveis no mercado, almejando sempre o prazo e taxas de juros condizentes.

f. Níveis de endividamento consolidado e características de tais dívidas

<i>R\$ milhões</i>	Prazo Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Acima de 5 anos
Endividamento Financeiro	42,2	42,2	0,0	-	-
Contratos de Arrendamento	13,1	2,8	7,3	3,0	-
Impostos Parcelados	28,4	3,9	8,8	7,9	7,8
Total	83,7	48,9	16,1	10,9	7,8

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros atualmente praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro dos anos indicados:

<i>R\$ milhões</i>	2022	2023	2024	Taxa de juros média (% a.a.)
Em moeda nacional				
Debêntures	82,0	42,2	0,0	<i>CDI + 2,08%</i>
Passivo de Arrendamento	9,8	15,9	13,1	<i>CDI + 1,63%</i>
Total	91,8	58,1	13,1	

Apresentamos a seguir breve descrição dos contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures relevantes vigentes em 31 de dezembro de 2025:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Empréstimos em moeda estrangeira

Em 14 de maio de 2024, a Companhia contratou um empréstimo no montante de US\$11.789 convertidos para reais totalizando R\$60.000, com vencimento previsto para 272 dias a partir da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 6,528%. Este empréstimo foi quitado em 10/02/2025, na mesma data foi aberto um novo empréstimo no valor US\$ 9.359 convertidos para reais totalizando R\$ 54.000, com taxa fixa de 7,153% a.a., considerando pagamento do principal em 4 parcelas trimestrais, com carência de 6 meses e juros pagos trimestralmente, contados da data do desembolso. O contrato de SWAP possui indexador de 7,9929%.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O saldo passivo com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 2.630 (Saldo ativo de R\$ 11.913 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação contratual entre nossas dívidas quirografárias, sabendo que as nossas debêntures contam com garantia flutuante e garantia real, cujas características envolvem os direitos de preferência e prerrogativas previstas em lei.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A Companhia informa que não possui covenants relacionados aos seus empréstimos, ou seja, não há cláusulas contratuais que imponham restrições ou obrigações específicas em relação a esses financiamentos.

g. Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía contratos de financiamento. A Diretoria entende que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permitirá o acesso a linhas de créditos em condições favoráveis, na hipótese de eventual necessidade.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

A tabela abaixo apresenta os valores relativos às demonstrações de resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025.

Consolidado

R\$ milhões	2023	A.V. ⁽¹⁾	2024	A.V. ⁽¹⁾	2025	A.V. ⁽¹⁾	Δ 2024/23	Δ 2025/24
Receita Líquida	700,8	100%	165,7	100%	180,8	109%	-76%	9%
Promoção de Eventos	452,1	45%	50,5	138%	46,8	15%	-89%	-7%
Música Ao Vivo	409,8	40%	13,2	125%	45,1	4%	-97%	243%
Eventos Família e Teatro	42,3	5%	37,3	13%	1,7	11%	-12%	-95%
Ticketing, A&B e Venues	129,1	36%	93,2	39%	102,1	28%	-28%	10%
Patrocínios	119,6	20%	22,0	36%	31,8	7%	-82%	45%
Lucro Bruto	143,1	26%	21,1	44%	49,3	6%	-85%	134%
Margem Bruta (%)	20,4%		12,7%		27,3%			
Receitas (despesas) operacionais	(53,5)	-15%	(48,0)	-16%	(71,6)	-15%	-10%	49%
Resultado financeiro	(26,2)	-12%	(31,2)	-8%	(29,4)	-10%	19%	-6%
Impostos e contribuições sociais	(5,2)	-1%	(8,2)	-2%	(2,8)	-3%	57%	-67%
Outras despesas não operacionais	-	0%	(22,6)	0%	-	0%		
Resultado Líquido	58,2	-3%	(89,0)	18%	(54,4)	-27%	-253%	-39%
Margem Líquida (%)	8,3%		-53,7%		-30,1%			
Resultado Líquido (excl. efeitos não-recorrentes)⁽²⁾	66,4	-2%		20%		0%	-100%	n.a
Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes) ⁽²⁾	9,5%							
Música ao Vivo								
Número de Eventos	33		10		19		-70%	90%
Ingressos Vendidos (000)	801		35		139		-96%	299%
Preço Médio (R\$)	317		292		348		-8%	19%
Eventos Família e Teatro								
Número de Eventos	255		207		10		-19%	-95%
Ingressos Vendidos (000)	294		28		15		-91%	-46%
Preço Médio (R\$)	399		189		113		-53%	-40%
Total - Número de Eventos	288		217		29		-25%	-87%
Total - Ingressos Vendidos (000)	1.095		62		154		-94%	147%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Receita líquida

A receita líquida consolidada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 totalizou R\$180,9 milhões, aumento de 9% em relação aos R\$165,7 milhões registrados em 2024. O aumento é decorrente dos sucessos da turnê Phone – Marisa Monte e Orquestra, e do musical Wicked. A Companhia registra apenas os eventos que são de produção própria e, sendo a obra Wicked de 2025 uma coprodução, seu resultado compõe a linha de Ticketing, Alimentos & Bebidas e Venues.

A receita líquida de Promoção de Eventos totalizou R\$46,8 milhões em 2025, uma queda de 7% frente aos R\$50,5 milhões de 2024. Enquanto em Música ao Vivo houve um aumento tanto no número de eventos, de 10 em 2024 para 19 em 2025, quanto de ingressos vendidos, sendo 35 mil no exercício anterior para 139 mil em 2025, o número de eventos e ingressos vendidos no segmento de Família e Teatro recuou de 207 para 10 e 28 mil para 15 mil, respectivamente, refletindo em uma receita líquida menor nesta linha.

A receita líquida com Ticketing, Alimentos & Bebidas e Venues foi de R\$102,1 milhões em 2025, crescimento de 9% em relação a 2024. A receita reflete a operação dos eventos próprios e de terceiros com venda de ingressos pela ticketeira INTI, além das receitas operacionais do Teatro Renault com a apresentação da peça Wicked.

A receita líquida de patrocínios totalizou R\$31,8 milhões em 2025, representando aumento de 45% em comparação aos R\$22,0 milhões registrados em 2024 devido, principalmente, à entrega da turnê da Marisa Monte e dos festivais Turá em São Paulo e Porto Alegre.

Lucro Bruto (R\$ milhões)	2023	2024	2025	Δ 2024/23	Δ 2025/24
Promoção de Eventos	(60,0)	(23,1)	(16,8)	-61%	-27%
Ticketing, A&B e Venues	83,5	22,2	34,3	-73%	55%
Patrocínios	119,6	22,0	31,8	-82%	45%
Total	143,1	21,1	49,3	-85%	134%

O lucro bruto foi de R\$ 49,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, representando um aumento de 134% em relação ao lucro bruto de R\$ 21,1 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A variação decorre, principalmente, da redução no volume de eventos realizados ao longo do ano, impactando diretamente os resultados das linhas de Promoção de Eventos, Ticketing, A&B e Venues e Patrocínios.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais totais registraram um aumento de 162% em 2025, passando de R\$ 27,3 milhões em 2024 para R\$ 71,6 milhões. Esse desempenho foi impulsionado principalmente pela reversão na linha de Outras receitas (despesas) operacionais, que passou de um ganho de R\$ 20,7 milhões para uma perda de R\$ 18,7 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido totalizou um saldo negativo de R\$ 29,4 milhões em 2025, frente aos R\$ 31,2 milhões negativos registrados em 2024, indicando uma melhora no período. Esse desempenho continuou sendo impactado, principalmente, pelos efeitos da variação cambial, monetária e hiperinflação. Em função das operações na Argentina, nosso segundo maior mercado, permanecemos expostos a condições macroeconômicas adversas, que influenciaram o resultado financeiro — embora o impacto dessas variáveis tenha apresentado melhora, passando de um efeito negativo de R\$ 43,0 milhões em 2024 para R\$ 20,1 milhões em 2025, refletindo menor pressão cambial e inflacionária ao longo do período.

Por outro lado, o saldo entre receitas e despesas financeiras apresentou deterioração relevante, saindo de um saldo positivo de R\$ 11,8 milhões em 2024 para um resultado negativo de R\$ 9,3 milhões em 2025. Esse movimento foi impactado, principalmente, pela redução das receitas financeiras, que caíram de R\$ 37,8 milhões para R\$ 17,9 milhões no período.

Balanço Patrimonial

Consolidado

R\$ milhões	2024	A.V. % ⁽¹⁾	2025	A.V. ⁽¹⁾	Δ 2024/23	Δ 2025/24
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	111,9	27%	71,4	17%	-23%	-36%
Aplicações Financeiras	2,0	0%	1,0	0%	-12%	-51%
Instrumentos Financeiros Derivativos	11,9	3%	-	0%	n.a.	-100%
Contas a receber de clientes	42,7	10%	48,0	12%	-34%	12%
Estoques	1,4	0%	1,2	0%	-29%	-15%
Impostos a recuperar	57,4	14%	44,5	11%	95%	-22%
Adiantamento a fornecedores	3,1	1%	8,2	2%	-37%	167%
Custos Antecipados	3,5	1%	1,3	0%	-89%	-61%
Outras contas a receber	5,0	1%	4,9	1%	-51%	-2%
Total do ativo circulante	238,9	58,2%	180,6	44,0%	-18%	-24%
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						
Aplicações financeiras	-	0%	-	0%	-100%	n.a.
Contas a receber de clientes	-	0%	-	0%	n.a.	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	49,8	12%	50,8	12%	-1%	2%
Tributos a recuperar	12,1	3%	11,9	3%	-63%	-1%
Depósitos judiciais	11,4	3%	4,8	1%	6%	-58%
Custos Antecipados	5,2	1%	0,8	0%	966%	-84%
Partes relacionadas	8,4	2%	8,4	2%	-25%	0%
Total do ativo realizável a longo prazo	86,9	21%	76,8	19%	-18%	-12%
Imobilizado	19,2	5%	15,7	4%	-1%	-18%
Intangível:						
Ágio na aquisição de investimentos	58,5	14%	58,5	14%	-28%	0%
Outros Intangíveis	7,0	2%	6,0	1%	2%	-14%
Total de ativo não circulante	171,6	42%	157,0	38%	-19%	-8%
TOTAL DO ATIVO	410,5	100%	337,6	82%	-18%	-18%
R\$ milhões	2024	A.V. % ⁽¹⁾	2025	A.V. % ⁽¹⁾	Δ 2024/23	Δ 2025/24
PASSIVO CIRCULANTE						
Fornecedores	73,9	18%	60,4	15%	-49%	-18%
Empréstimos e financiamentos	76,1	19%	39,0	9%	93%	-49%
Passivo de arrendamento	2,8	1%	2,6	1%	-2%	-7%
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	0%	2,6	0%	n.a.	n.a.
Salários, provisões e encargos sociais	2,6	1%	2,4	1%	-46%	-9%
Impostos e contribuições a recolher	20,0	5%	12,2	3%	49%	-39%
Adiantamentos de clientes	24,4	6%	19,2	5%	-17%	-21%
Outras obrigações	0,7	0%	0,4	0%	-73%	-46%
Total de passivo circulante	200,4	49%	138,8	34%	-16%	-31%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE						
Passivo de arrendamento LP	10,4	3%	8,4	2%	-21%	-19%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	37,7	9%	66,0	16%	-20%	75%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,6	0%	0,6	0%	-74%	0%
Impostos e contribuições a recolher LP	24,1	6%	19,7	5%	9%	-18%
Outras obrigações	-	0%	-	0%	n.a.	n.a.
Total de passivo não circulante	72,8	17,7%	94,7	23,1%	-14%	30%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	243,0	59%	243,0	59%	0%	0%
Gastos com emissão de ações	(9,7)	-2%	(9,7)	-2%	0%	0%
Reserva de capital	-	0%	-	0%	n.a.	n.a.
Reserva de reavaliação	0,1	0%	0,1	0%	-12%	-20%
Reserva de lucros	(184,5)	-45%	(236,7)	-58%	60%	28%
Resultados Abrangentes	84,7	21%	106,2	26%	45%	25%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	133,7	33%	103,0	25%	-24%	-23%
Participação de acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	3,6	1%	1,1	0%	10%	-69%
Total do patrimônio líquido consolidado	137,4	33%	104,2	25%	-24%	-24%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	410,5	100%	337,6	82%	-18%	-18%

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

R\$ milhões	2022	2023	2024	Δ 2023/22	Δ 2024/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado líquido do exercício	(8,4)	58,2	58,2	-790%	n.a.
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	6,0	4,9	5,6	-19%	14%
Perdas por redução ao valor recuperável do ágio	-	-	22,5	n.a.	n.a.
Perdas com investimentos	(0,3)	2,3	1,1	-812%	-54%
Custo residual de ativo imobilizado baixado	0,6	(2,1)	0,0	-430%	-100%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,3	0,0	(2,3)	-97%	-6740%
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	5,5	(19,6)	24,2	-458%	-223%
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	n.a.	n.a.
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19,4	10,5	(8,5)	-46%	-181%
Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(0,6)	-	0,3	-100%	n.a.
Efeito de Economias Hiperinflacionárias	12,4	10,8	20,5	-12%	89%
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes	(27,7)	3,6	22,8	-113%	525%
Estoques	(1,1)	(0,4)	0,6	-62%	-235%
Impostos a recuperar	(25,1)	(11,2)	(2,5)	-55%	-78%
Adiantamento a fornecedores	0,9	(2,2)	1,5	-337%	-170%
Outras contas a receber	3,2	(9,9)	0,2	-406%	-102%
Depósitos judiciais	(3,0)	1,5	(0,2)	-149%	-113%
Custos antecipados	7,4	(10,6)	(4,2)	-243%	-61%
Fornecedores	25,5	107,2	(30,1)	320%	-128%
Impostos e contribuições a recolher	6,3	5,6	1,7	-11%	-70%
Salários, provisões e encargos sociais	5,2	(1,1)	0,4	-121%	-137%
Adiantamentos de clientes	(12,0)	(122,5)	0,4	924%	-100%
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	(1,5)	(8,0)	(0,5)	438%	-94%
Outras obrigações e contas a pagar	(0,1)	0,1	(0,1)	-229%	-193%
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	n.a.	n.a.
Pagamento de passivos de arrendamento - juros	-	-	-	n.a.	n.a.
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	13,9	17,1	(49,9)	24%	-391%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações Financeiras	-	-	-	n.a.	n.a.
Aquisição de imobilizado e intangível	(2,4)	(3,1)	(2,2)	31%	-29%
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	-	n.a.	n.a.
Adição de ativo imobilizado pela aquisição de controlada	-	-	-	n.a.	n.a.
Alienação de participação em controladas	-	-	-	n.a.	n.a.
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2,4)	(3,1)	(2,2)	n.a.	-29%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	-	-	-	n.a.	n.a.
Gastos na emissão de ações	-	-	-	n.a.	n.a.
Aquisição de ações próprias	-	-	-	n.a.	n.a.
Partes relacionadas	0,2	0,2	5,7	14%	3234%
Pagamento de dividendos	-	-	(0,2)	n.a.	n.a.
Emissão de Debêntures	-	-	-	n.a.	n.a.
Pagamento de debêntures - principal	(40,0)	(80,0)	(1,5)	100%	-98%
Pagamento de debêntures - juros	(16,1)	(10,3)	-	-36%	-100%
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	109,0	60,0	n.a.	-45%
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	(69,5)	(43,7)	n.a.	-37%
Pagamento de passivos de arrendamento - principal	(3,8)	(5,1)	(4,7)	35%	-9%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(59,7)	(55,7)	15,6	-7%	-128%
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(37,4)	(33,8)	(34,3)	-10%	1%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial	217,4	180,0	146,2	-17%	-19%
Saldo final	180,0	146,2	111,9	-19%	-23%

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O saldo de caixa e aplicações financeiras encerrou o exercício de 2025 em R\$ 71,5 milhões, uma variação negativa de R\$ 42,5 milhões no exercício.

O fluxo de caixa operacional foi negativo em R\$ 3,8 milhões, impulsionado pelo recebimento das vendas da turnê Phonica, compensado pelos custos operacionais relacionados à produção dos eventos.

Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento

O fluxo de investimento totalizou R\$ 3,1 milhões negativos, referente à compra de ativos operacionais.

Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento

Já o fluxo de financiamento consumiu R\$ 35,6 milhões, composto principalmente por uma captação de empréstimos no exercício de 2025 de R\$ 54,0 milhões e pagamentos de principal e juros de R\$ 86,7 milhões, resultado com liquidação de operação de swap de R\$ 1,6 milhões e adicionalmente liquidação de arrendamentos no valor R\$ 4,5 milhões.

2.2 Os diretores devem comentar sobre:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A nossa receita líquida é originada da prestação de serviços, consistentes na promoção dos eventos, operação de bilheterias, casas de espetáculos e estacionamento, e a comercialização de alimentos, bebidas e produtos promocionais (merchandising), dentre outros. A tabela a seguir demonstra a composição da nossa receita líquida, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025:

Receita Líquida

Promoção de Eventos ⁽¹⁾ (R\$ milhões)	2023	2024	2025	Δ % 2024/2023	Δ % 2025/2024
Música ao Vivo					
Número de Eventos	33	10	19	-69,7%	90,0%
Total de Ingressos Vendidos (em milhares)	801	35	139	-95,7%	299,4%
Preço Médio por Ingresso ⁽²⁾	317	292	348	-8,0%	19,1%
Eventos Família/ Teatro				n.a.	n.a.
Número de Eventos	255	207	10	-18,8%	-95,2%
Total de Ingressos Vendidos (em milhares)	294	28	15	-90,6%	-45,6%
Preço Médio por Ingresso ⁽³⁾	399	189	113	-52,6%	-40,2%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Ao longo de 2025, realizamos 29 eventos, com 19 de Música Ao Vivo, com shows da turnê Phonica - Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo - The Rose, Incubus, Polo & Pan e os festivais Turá SP, Turá Porto Alegre e Popload. Já no segmento Família e Teatro, entregamos o sucesso Wicked, que iniciou em março de 2025 e foi estendido até dezembro de 2025 devido ao sucesso de bilheterias, além da realização de Clara Nunes e Minha Vida em Marte. No total, vendemos mais de 154 mil ingressos. Em 2024, foram 217 eventos com venda total de 62 mil ingressos.

Operações das plataformas de ingressos no Brasil e Argentina tiveram resultados expressivos no período.

Além disso, nossa operação de Venue e A&B apresentou maior resultado frente a 2024 devido a locação do teatro Renault para realização do espetáculo Wicked.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossas receitas são afetadas principalmente pelo volume e mix de conteúdos na promoção de eventos e consequentes efeitos nas demais linhas verticalizadas de nosso modelo de negócios. No entanto, também existem, em menores proporções, os efeitos advindos das taxas de câmbio e de inflação.

O preço médio dos ingressos vendidos é calculado com base na categoria do conteúdo apresentado, considerando-se dados históricos, sempre inflacionados. Assim, os preços dos ingressos para nossos conteúdos foram reajustados, no mínimo, pelas inflações abaixo para os anos de 2025, 2024 e 2023:

	2023	2024	2025
Inflação (IGP-M) (%)	-3,2	6,5	-1,1
Inflação (IPCA) (%)	4,6	4,8	4,3

Em relação ao câmbio, também repassamos para os preços o efeito da desvalorização cambial para os conteúdos com pagamento de cachês em dólares. Entretanto, em anos de grande desvalorização cambial, o repasse é realizado no longo prazo, pois não é praticável o repasse imediato para os preços.

Além disso, nossas receitas são oriundas também da Argentina e Chile, e as variações cambiais destas moedas contra o Real afetam as nossas receitas de forma positiva e/ou negativa.

Receita Líquida por País (% de contribuição)	2023	2024	2025	Δ 2024/23	Δ 2025/24
Brasil	94%	52%	67%	-41,7 p.p.	15,6 p.p.
Argentina	6%	48%	32%	42,2 p.p.	-15,5 p.p.
Chile	1%	0%	0%	-0,5 p.p.	-0,1 p.p.
Total	100%	100%	100%	0,0 p.p.	0,0 p.p.

Receita Líquida por País (R\$ milhões)	2023	2024	2025	Δ 2024/23	Δ 2024/23
Brasil	655,5	85,8	121,9	-87%	42%
Argentina	39,5	79,3	58,5	100%	-26%
Chile	5,7	0,6	0,4	-90%	-31%
Total	700,8	165,7	180,8	-76%	9%

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

As variações das taxas de câmbio influenciam principalmente os espetáculos com artistas internacionais, cujo pagamento de cachê é efetuado geralmente em dólar norte-americano. Desta forma, para evitar prejuízos decorrentes das oscilações cambiais, celebramos, quando necessário, contratos com instrumentos financeiros derivativos (ou contratos de *swap*). Para os anos de

2023 a 2025, os valores dos cachês, direitos autorais e agenciamento de shows estão descritos abaixo:

R\$ milhões	2023	2024	2025	Δ 2024/23	Δ 2025/24
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	114,5	23,7	29,9	-79%	26%

2.3 Os diretores devem comentar sobre:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

Até 31 de dezembro de 2025, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas ou parágrafos de ênfase.

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de participação societária durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2024 e 2025.

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar no formulário medições não contábeis, como Ladija (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. Informar o valor das medições não contábeis

R\$ milhões	2023	2024	2025
LAJIDA	92,4	-0,7	-15,5

- b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

A Companhia não publicou LAJIDA ajustado em 2025.

- c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

Não se aplica.

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não se aplica.

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

- a. Regras sobre retenção de lucros**

Não se aplica.

- b. Regras sobre distribuição de dividendos**

Não se aplica devido ao prejuízo acumulado.

- c. Periodicidade das distribuições de dividendos**

Não se aplica.

- d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**

Não se aplica.

- e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**
Local: CVM e site de Relações com Investidores da Companhia.

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

- (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos;**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

- (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iii) contratos de construção não terminada;

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Exceto por cartas de fiança bancária, seguro fiança e contratos com patrocinadores, a Companhia não detém outros itens que não sejam registrados em nosso balanço patrimonial.

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Considerando que as obrigações às quais as cartas de fiança e seguros fiança são vinculadas têm seu valor periodicamente reajustado pelo IPCA/IBGE ou IGP-M/FGV, o valor de renovação destes instrumentos pode sofrer variações em função destes índices.

Os contratos de patrocínio de longo prazo são geralmente ajustados de forma anual pelo IGP- M/FGV e, portanto, o valor efetivo destes contratos está sujeito às variações deste índice.

b. Natureza e o propósito da operação

Os seguros fiança e cartas de fiança têm por objetivo a garantia de determinados processos judiciais, ainda em discussão.

Os contratos de patrocínio de longo prazo têm por objetivo garantir a recorrência e previsibilidade desta linha de receita para a Companhia.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Carta fiança e seguro fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 146.098 (R\$ 141.744 em 31 de dezembro de 2024).

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os nossos investimentos previstos estão associados a melhorias na infraestrutura de tecnologia da informação e softwares e na aquisição de equipamentos que utilizamos na promoção de nossos eventos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A principal parte dos nossos investimentos é financiada por nossa própria geração operacional de caixa, além dos recursos obtidos por emissão de debentures e / ou contratação de dívida junto a instituições financeiras comerciais. Caso haja necessidade adicional, contrataremos empréstimos e financiamentos.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos previstos no nosso plano de negócios.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Comunicamos em 2020 a aquisição de participação majoritária na INTI, empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura. A aquisição, através da qual passamos a deter o domínio sobre o código-fonte da nossa ticketeira, foi o primeiro passo para a construção de uma plataforma de tecnologia do própria, fortalecendo ainda mais a nossa presença neste mercado.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que não possuímos gastos para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que não possuímos projetos em desenvolvimento já divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, uma vez que não possuímos pesquisas de novos produtos e serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2023, a Companhia iniciou a construção de seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, além de publicar ao mercado diversos relatórios sobre métricas ASG no site de RI (ri.t4f.com.br) na seção de Governança Corporativa. Recebemos a certificação de Lixo Zero no Festival Turá, bem como a neutralização de carbono nos festivais realizados pela Companhia, bem como o incentivo a ONGs e ao desenvolvimento das comunidades locais, e à reciclagem, com iniciativas como o Rock and Recycle. Em 2025, a Companhia continuou com suas ações e fornecedores parceiros.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Em 2025, tivemos a realização dos shows da turnê Phonica | Marisa Monte e Orquestra Ao Vivo, em seis grandes capitais do Sul-Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte, totalizando 10 apresentações. A turnê teve grande sucesso de público, impulsionando os resultados da Companhia no segmento Música Ao Vivo.

Em Família e Teatro, apresentamos o musical Wicked no teatro Renault teve extensão até dezembro de 2025 devido ao excelente desempenho de público e crítica, fechando o ano com resultados surpreendentes para a operação.

Ainda no quarto trimestre, entregamos o festival Turá Porto Alegre, que havia sido adiado em 2024 devido às enchentes ocorridas na região.

Ao fim do ano tivemos a abertura das vendas da turnê Phonica em Recife, Salvador e Fortaleza, com pré-venda esgotadas nas três cidades, refletindo o sucesso da produção da turnê no quarto trimestre de 2025.

ANEXO II – INFORMAÇÕES DA SEÇÃO 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(conforme artigo 12, inciso II, da Instrução da CVM nº 481/2009)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi totalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Em 28 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou totalmente a Política de Remuneração dos Administradores ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração tem como principal função, estabelecer as diretrizes que deverão ser observadas quanto a remuneração dos Administradores, além de definir a estrutura e composição de remuneração, garantir o alinhamento da atuação dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, dos membros dos comitês de assessoramento instalados e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, quando instalado (todos em conjunto designados "Administradores") com os objetivos estratégicos da Companhia, utilizando como base as melhores práticas adotadas pelo mercado.

Os princípios que norteiam a Política de Remuneração são: (i) a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia; (iii) atrair, recompensar, reter e incentivar os Administradores na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados; e (iv) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual.

A Política de Remuneração está disponível para consulta nos websites da CVM (gov.br/cvm), da B3 (b3.com.br) e da Companhia (ri.t4f.com.br).

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) Os órgãos e comitês do emissor que participaram do processo decisório, identificando de que forma participam

Uma vez determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, bem como por aprovar a remuneração dos comitês de assessoramento.

(ii) Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é revisada, anualmente, pelo Conselho de Administração, o qual pode

requerer a assessoria de empresa especializada. São consideradas as responsabilidades do cargo e experiência individuais de cada um dos Administradores. Já os valores variáveis são baseados em metas coletivas e individuais definidas anualmente pelo Conselho de Administração, e alinhadas com o plano estratégico da Companhia.

O Conselho de Administração utiliza ainda pesquisas de mercado, como referência para fixação da remuneração individual dos administradores.

(iii) Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração revisita as premissas e diretrizes das práticas de remuneração adotadas pela Companhia uma vez por ano, em especial quando da elaboração da proposta da administração a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral, assegurando a sua consistência e compatibilidade com as necessidades da Companhia e a realidade competitiva do mercado.

c. composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A remuneração dos Administradores poderá ser composta pelos seguintes elementos:

- (ii) *Remuneração Fixa*: tem por objetivo remunerar as responsabilidades do cargo em relação à complexidade na Companhia e deve garantir a equidade interna e externa;
- (iii) *Remuneração Variável – Incentivo de Curto Prazo (ICP)*: tem por objetivo reconhecer os resultados alcançados. Devem ser alinhados com o orçamento, metas individuais e metas da Companhia;
- (iv) *Remuneração Variável – Incentivo de Longo Prazo (ILP)*: tem por objetivo reforçar o alinhamento da remuneração com as estratégias de longo prazo da Companhia na criação de valor e sustentabilidade do negócio, além de reforçar a retenção de pessoal-chave; e
- (v) *Benefícios de Exercício do Cargo*: têm por objetivo oferecer um conjunto de benefícios para satisfazer necessidades pessoais e familiares, como um complemento à Remuneração Fixa.

É de responsabilidade do Conselho de Administração definir a proporção de cada componente de remuneração dos Administradores, sendo certo que cada indivíduo poderá ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com especificidades relacionadas ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outras características.

O Conselho de Administração observará o valor global anual da remuneração fixada pela Assembleia Geral da Companhia, quando da fixação da remuneração individual dos Administradores.

O formato da remuneração descrito acima procura incentivar os colaboradores a buscar a melhor rentabilidade dos investimentos e projetos por nós desenvolvidos, de tal maneira a alinhar os interesses destes com os interesses da Companhia, através das seguintes

perspectivas: (i) no curto prazo por meio da remuneração fixa, composta dos salários e pacote de benefícios compatíveis com os praticados pelo mercado; (ii) no médio prazo por meio do pagamento de bônus (no âmbito do programa de incentivo de curto prazo – ICP); e (iii) no longo prazo por meio da participação no programa de remuneração baseada em ações vinculado ao desempenho individual e da Companhia.

- **sua proporção na remuneração total nos últimos 3 exercícios sociais**

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de:

2025

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável - ICP	Remuneração Variável - ILP	Benefícios
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	91,6%	8,4%	0%	6%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%
Comitês	100%	0%	0%	0%

2024

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável - ICP	Remuneração Variável - ILP	Benefícios
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	91,6%	8,4%	0%	6%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%
Comitês	100%	0%	0%	0%

2023

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável - ICP	Remuneração Variável - ILP	Benefícios
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%
Diretoria Estatutária	64%	30%	0%	6%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%	0%
Comitês	100%	0%	0%	0%

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A Política de Remuneração da Companhia é baseada nas melhores práticas de mercado e objetiva a criação sustentável de valor a longo prazo, norteadas pela estratégia definida para o negócio.

Os objetivos dos programas de remuneração são os de atrair e reter os profissionais com as competências e valores requeridos pela Companhia, e motivá-los a atingir resultados e criar valor para os acionistas e demais *stakeholders*. Desta forma, os programas buscam reconhecer e recompensar os desempenhos individuais e coletivos relacionados aos resultados da Companhia, em níveis competitivos aos de mercado.

Sem prejuízo do disposto acima, abaixo são descritas as práticas remuneratórias historicamente adotadas pela Companhia em relação aos órgãos da administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária):

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do grupo de controle não são remunerados. Os demais membros do nosso Conselho de Administração fazem jus apenas à remuneração fixa mensal que é determinada com base na remuneração de mercado, a partir de pesquisa realizada internamente na Companhia.

Diretoria estatutária

Adotamos um modelo de remuneração que combina componentes fixos e variáveis, sendo: (i) Remuneração Fixa, calculada com base nas práticas de mercado, considerando as responsabilidades atribuídas aos cargos através de metodologia específica realizada por consultoria externa especializada em remuneração; e (ii) Remuneração Variável, calculada com base em resultados operacionais e financeiros dos negócios da Companhia, no alcance de metas operacionais definidas para cada uma das áreas e no alcance de metas individuais. Tanto as metas operacionais quanto as individuais são fixadas anualmente. Os componentes da remuneração, fixos e variáveis, são comparados periodicamente com as práticas de mercado, de forma que possamos auferir a nossa competitividade. A combinação do resultado desta comparação com o desempenho dos executivos pode, eventualmente, resultar em reajuste da remuneração.

Conselho Fiscal

Em 28 de abril de 2023 ficou registrado em AGO que o Conselho Fiscal não foi instalado para o exercício de 2023, tendo em vista que não foi verificado o quórum de instalação exigido pela Resolução CVM nº 70/2022.

Em 26 de abril de 2024, ficou registrado em AGO a instalação do Conselho Fiscal. A remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivalerá a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computados benefícios, planos de opção de ações, verbas de representação e participação nos resultados.

Em 25 de abril de 2025, ficou registrado em AGO a instalação do Conselho Fiscal. A remuneração mensal individual dos membros efetivos do Conselho Fiscal equivalerá a 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída a cada Diretor Estatutário da Companhia, não computados benefícios, planos de opção de ações, verbas de representação e participação nos resultados.

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, comitês de assessoramento e Conselho Fiscal não é impactada por indicadores de desempenho.

Em relação aos membros da Diretoria Estatutária, são considerados como indicadores de desempenho o alcance de metas operacionais e financeiras que são fixadas anualmente quando da elaboração do nosso orçamento. A remuneração variável (em especial, no

âmbito do programa de incentivo de curto prazo – ICP) está diretamente atrelada a indicadores operacionais e financeiros e contém as metas definidas para o período, relacionadas a indicadores de desempenho tais como: EBITDA, geração de caixa e de receitas e gestão de custos e despesas.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo e tem como parâmetro os valores praticados pelo mercado para os profissionais que exercem funções com complexidade similar, e busca alinhar os interesses entre os Administradores e acionistas. A parcela fixa tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos nossos membros, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio. Já a parcela variável contribui para o estímulo do desempenho dos nossos Administradores, incentivando o atingimento de metas que gerem valor para a Companhia e, consequentemente, aumentem seu retorno financeiro. Dessa forma, é possível reter profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, bem como atrair novos profissionais sempre que necessário.

(iii) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2023 dois membros do Conselho de Administração, ligados aos acionistas controladores, renunciaram às suas respectivas remunerações. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, um membro do Conselho de Administração renunciou à sua remuneração.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há qualquer tipo de remuneração suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 – Valores Anuais					
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Total
Nº total de membros	5,0	1,0	2,0	2,0	10,0
Nº de membros remunerados	3,0	1,0	2,0	2,0	8,0
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	520.000	585.000	72.000	96.000	1.273.000
Benefícios direto e indireto	300.000	300.000	0	0	600.000
Participações em comitês	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável				
Remuneração variável					
Bônus	500.000	627.000	0	0	1.127.000
Participação de resultados	0	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável				
Pós-emprego	0	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra "b") foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>				
Total da remuneração	1.320.000	1.512.000	72.000	96.000	3.000.000

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	2,0	3,0	10,0
Nº de membros remunerados	5,0	2,0	3,0	10,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.000.000	2.000.000	200.000	3.200.000
Benefícios direto e indireto	200.000	200.000	0	400.000
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável			
Remuneração variável				
Bônus	0	1.500.000	0	1.500.000
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável			
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>			
Total da remuneração	1.200.000	3.700.000	200.000	5.100.000

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	1,8	0,0	6,8
Nº de membros remunerados	3,7	1,8	0,0	5,5
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	800.000	2.101.273	0	2.901.273
Benefícios direto e indireto	207.964	119.673	0	327.637
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável			
Remuneração variável				
Bônus	0	200.009	0	200.009
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável			
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>			
Total da remuneração	1.007.964	2.420.955	136.500	4.325.123

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0,0	10,0
Nº de membros remunerados	3,7	2,8	0,0	6,4
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.266.400	2.302.817	0	3.569.217
Benefícios direto e indireto	299.402	224.248	0	523.650
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	Não aplicável			
Remuneração variável				
Bônus	0	1.072.544	0	1.072.544
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	Não aplicável			
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0	0	0
Observação	Conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. <u>Em observância ao Ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP, não são considerados os encargos sociais que são ônus da Companhia.</u>			
Total da remuneração	1.565.802	3.599.809	0	5.165.611

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2026)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	1,0	2,0	8
Nº de membros remunerados	3,0	1,0	2,0	6
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	500.000	627.000	0	1.127.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração	500.000	627.000	0	1.127.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	500.000	627.000	0	1.127.000
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	2,0	3,0	10,0
Nº de membros remunerados	5,0	2,0	3,0	10,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	1.500.000	0	1.500.000
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	1.500.000	0	1.500.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	1.275.000	-	1.275.000
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0,0	10,0
Nº de membros remunerados	3,7	2,8	0,0	6,4
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	237.021	-	237.021
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	3.447.079	-	3.447.079
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	2.604.677	-	2.604.677
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	2,67	0,00	7,67
Nº de membros remunerados	3,00	2,67	0,00	5,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	2.780.256	-	2.780.256
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	1.824.379	-	1.824.379
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	205.021	-	205.021
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

(a) Termos e condições gerais

O Plano de Outorga de Ações da Companhia ("Plano") estabelece as condições gerais de outorga de ações de emissão da Companhia a administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle.

O Plano prevê dois tipos diferentes de programas. O primeiro tipo de programa exige o investimento de percentual do bônus anual líquido recebido pelo beneficiário (incentivo de curto prazo) ("Verbas Autorizadas") na aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações Próprias"), como condição para que a Companhia outorgue ações ("Ações de Matching") ("Programa de Matching"). O segundo tipo de programa não exige o investimento de Verbas Autorizadas em Ações Próprias e a Companhia outorgará ações ("Ações Restritas"), observados os termos e condições a serem previstos nos respectivos programas e contratos de outorga ("Programa de Ações Restritas" e, em conjunto com o Programa de Matching, "Programas").

Beneficiários Elegíveis

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores ou empregados pertencentes aos níveis de diretoria e gerência da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, desde que aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia ("Beneficiários").

Administração do Plano

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Obedecidas as condições gerais do Plano, o Conselho de Administração da Companhia terá amplos poderes para, com a devida observância das disposições legais, praticar todos os atos reputados necessários e convenientes à administração do Plano e dos Programas, inclusive: (a) a criação de Programas e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Ações Restritas e/ou Ações de Matching; (b) a aprovação dos Beneficiários e a autorização para outorgar Ações Restritas e/ou Ações de Matching em seu favor, estabelecendo todas as condições para aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas e/ou Ações de Matching a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente; (c) a autorização para alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a outorga das Ações Restritas e/ou Ações de Matching, nos termos do Plano, Programas e da Resolução CVM nº 77/2022 ou, na hipótese de não haver ações em tesouraria, liquidar a obrigação de entrega das Ações Restritas e/ou Ações de Matching em dinheiro; (d) tomar quaisquer providências necessárias para a administração do Plano e respectivos Programas, incluindo a aprovação dos Contratos de Outorga a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários; e (e) imposição de restrições às Ações Restritas e/ou Ações de Matching, tais como períodos de vedação a negociação de ações.

O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada administradores e empregados da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

(b) Data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Outorga de Ações da Companhia foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 22 de julho de 2020.

(c) Número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos Beneficiários, no âmbito do Plano, ações representativas de, no máximo 10% das ações representativas do capital social da Companhia, na data de aprovação do Plano.

(d) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável, tendo em vista que o Plano não prevê a outorga de opções.

(e) Condições de aquisições de ações

Sem prejuízo de outras condições que venham a ser estabelecidas nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, nos Programas de Matching o direito dos Beneficiários de efetivamente receber a titularidade das Ações de Matching ficará sujeito ao atendimento das condições a seguir:

(i) o Beneficiário deverá permanecer continuamente prestando serviços à companhia ou suas sociedades controladas a partir da data de outorga até os períodos de carência a serem indicados em cada um dos Programas de Matching e respectivos Contratos de Outorga; e (ii) o Beneficiário deverá manter a plena titularidade de todas as Ações Próprias, conforme períodos de restrição a serem indicados em cada um dos Programas de Matching e respectivos dos Contratos de Outorga, sem qualquer interrupção e sem o direito de vender, transferir e/ou negociar as referidas Ações Próprias.

Além disso, a quantidade de Ações de Matching que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário poderá variar conforme (i) o percentual das Verbas Autorizadas investido pelo Beneficiário; e (ii) o atingimento, pela Companhia, de determinadas métricas de desempenho pautadas em um indicador de retorno total ao acionista da Companhia ("TSR"), conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas de Matching e respectivos Contratos de Outorga.

Por sua vez, nos Programas de Ações Restritas, observadas as demais condições estabelecidas nos respectivos Programas de Ações Restritas e respectivos Contratos de Outorga, o direito do Beneficiário de efetivamente receber a titularidade das Ações Restritas ficará condicionado à contínua prestação de serviços pelo Beneficiário à Companhia ou suas sociedades controladas a partir da Data de Outorga até o período de carência a ser indicado em cada um dos Programas de Ações Restritas e respectivos Contratos de Outorga.

Além disso, o Conselho de Administração também poderá estabelecer nos Programas de Ações Restritas que a quantidade de Ações Restritas que a Companhia efetivamente entregará ao Beneficiário variará conforme o atingimento, pela Companhia, determinadas métricas de desempenho pautadas no TSR da Companhia, conforme parâmetros a serem definidos pelo Conselho de Administração nos Programas de Ações Restritas e respectivos contratos de outorga.

(f) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas de Ações Restritas e/ou Programas de Matching, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício.

(g) Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável. O Plano estabelece que, quando superado o período de carência, e, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Plano e nos respectivos Programas de Ações Restritas e/ou

Programas de Matching, as ações serão transferidas pela Companhia ao Beneficiário, sem o pagamento de qualquer preço de exercício, conforme exposto no item (i) acima.

(h) Forma de liquidação

O Plano não prevê preço de exercício a ser liquidado pelos Beneficiários. Com o propósito de satisfazer a outorga das Ações Restritas e/ou Ações de Matching, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicáveis, transferirá ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da Resolução CVM nº 77/2022. Na hipótese de não haver ações em tesouraria e/ou na impossibilidade de adquirir ações no mercado em virtude de restrições legais ou regulamentares, o Conselho de Administração poderá optar por liquidar a entrega das Ações Restritas e/ou Ações de Matching em dinheiro. Em ambos os casos, a Companhia descontará e reterá quaisquer impostos aplicáveis.

(i) Restrições à transferência de ações

O Conselho de Administração poderá impor restrições às Ações Restritas e/ou Ações de *Matching*, tais como períodos de vedação a negociação de ações.

(j) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Suspensão: Não aplicável.

Alteração: O Plano poderá ser alterado caso se verifique qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais do Plano.

Extinção: O Plano poderá ser extinto a qualquer tempo pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

(k) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário, as Ações Restritas e/ou Ações de Matching a ele conferidas de acordo com o Plano poderão ser extintas ou modificadas, conforme vier a ser estabelecido nos respectivos Programas.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração baseada em ações prevista os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente assim como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 não houve quaisquer opções de compra de ações reconhecidas no resultado.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizadas nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não está previsto para o exercício social corrente nem houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 quaisquer outorgas de opções de compra de ações para os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável, tendo em vista que ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 não havia quaisquer opções de compra de ações em aberto detidas pelos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que ao final dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 não houve quaisquer opções de compra de ações exercidas pelos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, prevista para os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente assim como também não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

8.10. Em relação a cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável, tendo em vista que não há outorgas de opções de compra de ações prevista os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente assim como não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não aplicável, tendo em vista que não houve ações entregues relativas à remuneração baseada em

ações prevista os membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária para o exercício social corrente assim como não houve nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável, tendo em vista que os itens 8.5 a 8.11 também são não aplicáveis a Companhia.

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

As participações abaixo são aquelas detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal em ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, emitidas por nós, nossos controladores, diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, sendo que não há participações detidas por tais membros em outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas de tais sociedades, em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Ações de emissão da Companhia		Ações de emissão de F.A. Comércio e Participações S.A.		Ações de emissão da Metropolitan Empreendimentos S.A.		Quotas de emissão da T4F Alimentos e Bebidas Ltda.	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Conselho de Administração	30.277.344	44,91%	13.526.514	50,15	1	0,01%	1	0,01%
Diretoria Estatutária	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0	0	0	0	0	0

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

8.15 Indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2023	2024	2025	2023	2024	2025	2023	2024	2025
Nº de membros	5,0	1,84	2	5,0	5,0		0,00	4	
Nº de membros remunerados	2,8	1,84	2	3,7	3,7		0,00	4	
Valor da maior remuneração (Reais)	4.373.088	4.373.088		1.204.629	1.204.629		0	34.250	
Valor da menor remuneração (Reais)	785.566	785.566		1.204.629	1.204.629		0	34.250	
Valor médio da remuneração (Reais)	2.579.326	2.579.326		1.204.629	1.204.629		0	34.250	

Diretoria Estatutária	
31/12/2025	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
31/12/2024	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
31/12/2023	Os membros da Diretoria Estatutária que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
Conselho de Administração	
31/12/2025	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
31/12/2024	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
31/12/2023	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, permaneceram pelo menos 12 meses na Companhia.
Conselho Fiscal	
31/12/2025	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, estão na Companhia desde sua instalação na AGO de 2024.
31/12/2024	Os membros do Conselho de Administração que receberam, tanto a menor quanto a maior remuneração, estão na Companhia desde sua instalação na AGO de 2024.
31/12/2023	Não houve instalação de Conselho Fiscal no período.

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não possuímos mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores no caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

8.17 Em relação aos últimos 3 exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Prevista para o exercício corrente	44,0%	50,4%	5,6%
Exercício encerrado em 31/12/2025	23,53%	72,55%	3,92%
Exercício encerrado em 31/12/2024	38,36%	58,45%	3,2%
Exercício encerrado em 31/12/2023	18%	31,35%	-

8.18 Em relação aos últimos 3 exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não há quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal que não estejam relacionados às funções que os membros ocupam nos órgãos.

8.19 Em relação aos últimos 3 exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não há quaisquer valores pagos a título de remuneração a membros de nosso Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de nossas controladas, nos últimos três exercícios sociais.

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Entendemos que nos itens anteriores prestamos todas as informações relevantes referentes à remuneração dos administradores.

ANEXO III – INFORMAÇÕES SOBRE DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO

Em linha com a Lei nº 15.177/2025, reforçamos nosso compromisso com a equidade de gênero, apresentando informações sobre a representatividade feminina em nossa estrutura organizacional.

A Companhia é também signatária e observa o Código de Ética e Conduta (<https://ri.t4f.com.br/governanca-corporativa/estatuto-politicas-e-codigo-de-etica/>), o qual apresenta diretrizes corporativas definidas, papéis e responsabilidades.

Nesse contexto, a Companhia valoriza as pessoas e sua individualidade, respeita as diferenças e busca oferecer oportunidades iguais para todos, independentemente de cor, credo, orientação sexual, gênero, origem ou necessidades especiais.

Ao final de 2025, a Companhia contava com 59% de mulheres em seu quadro de funcionários (44% em dezembro de 2024). A quantidade de mulheres na Diretoria estatutária se manteve estável de 2024 para 2025, sendo 100% de mulheres ocupando esse cargo.

Número e proporção de mulheres por nível hierárquico

A tabela abaixo apresenta a distribuição do quadro de colaboradores por nível hierárquico e gênero nos exercícios de 2025 e 2024.

Grupo	2025	2024
Conselho	40%	36%
Diretoria estatutária	100%	100%
Demais cargos	63%	45%

Proporção da remuneração total de mulheres em relação aos homens

Grupo	2025	2024
Conselho	74%	92%
Diretoria estatutária	100%	100%
Demais cargos	93%	85%

As diferenças observadas entre remunerações médias refletem principalmente fatores como: nível de experiência profissional; tempo de permanência na Companhia; funções específicas exercidas; escopo de responsabilidade dos cargos.

A Companhia mantém políticas de remuneração baseadas em critérios de qualificação profissional, desempenho e responsabilidades do cargo, buscando assegurar práticas alinhadas aos princípios de equidade e transparência. A Administração da Companhia acompanha periodicamente a composição de seu quadro funcional e as práticas de gestão de pessoas, com o objetivo de promover um ambiente organizacional inclusivo, diverso e alinhado às melhores práticas de governança corporativa.

A Companhia permanece comprometida com o fortalecimento de políticas de diversidade, equidade e inclusão, observando a legislação aplicável e as diretrizes de governança corporativa.